



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL EM 03.09.2015

Aos 03 dias do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Gabriel a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004568-04.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular, Eduardo Duarte Elyseu, pelo Diretor de Secretaria Valério Ubirajara Godinho Teixeira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 07.05.1993

**Data da última correição realizada:** 10.11.2014

**Previsão de Instalação do PJe:** 08.10.2015

**Jurisdição:** Santa Margarida do Sul, São Gabriel e Vila Nova do Sul.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 03.09.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz	Situação	Período
Eduardo Duarte Elyseu	Juiz Titular	Desde 27.01.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2015)

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Gabriel, pertence à 72ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga de zoneamento, atualmente ocupada pelo Juiz Substituto **Jorge Fernando Xavier de Lima**.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luís Fernando da Costa Bressan	20.12.2013 a 06.01.2014 07 a 26.01.2014	Atuação em razão da titularidade da Vara encontrar-se vaga (sem pauta)	17 dias
		27.01 a 05.02.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	9 dias
-	Eduardo Duarte Elyseu	Juiz Titular desde 27.01.2014		
2	Rafael Moreira de Abreu	06 a 16.02.2014	Respondeu pela Unidade em razão da designação do Juiz Titular para atuar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões (sem pauta)	11 dias
3	Gabriela Lenz de Lacerda	17 a 24.02.2014	Atuação em razão da designação do Juiz Titular para atuar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões (sem pauta)	8 dias
4	André Sessim Parisenti	25.02 a 09.03.2014	Respondeu pela Unidade em razão da designação do Juiz Titular para atuar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões (sem pauta)	15 dias
5	Laura Balbuena Valente Gabriel	14.07 a 12.08.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias
6	Rita de Cássia da Rocha Adão (Juíza Titular da VT de Rosário do Sul)	07.01 a 05.02.2015	Respondeu pela Unidade em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias
-	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz Substituto zoneado)	16 a 30.07.2015 01 a 14.08.2015	Respondeu pela Unidade em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	29 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2015)



## 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	Férias	27.01 a 05.02.2014 14.07 a 12.08.2014 07.01 a 05.02.2015 16 a 30.07.2015 03 a 16.08.2015	<b>99 dias</b>
	Designação para atuar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	06.02 a 09.03.2014	<b>44 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Valério Ubirajara Godinho Teixeira	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	05.05.1993
2	Deborah Rodrigues Coelho	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	06.03.2014
3	Marcos Flávio Meyer	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	01.06.2001
4	Andréia Furlan Possati Heberle	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	12.07.2005
5	Carlos Felipe Amoretti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	18.02.2009
6	Sinval de Oliveira Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	30.06.2008
-	Luís Guerino Teixeira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>07.10.1996</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
599 processos	501 a 750	<b>6 servidores</b>	7 a 8 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Gabriel está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Andreia Furlan Possati Heberle</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2	<b>5</b>
	Trabalho nas Eleições	3	
<b>Carlos Felipe Amoretti</b>	-	-	-
<b>Deborah Rodrigues Coelho*</b> (desde 06.03.2014)	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Luís Guerino Teixeira</b>	Curso ou Evento	1	<b>11</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	5	
	Trabalho nas Eleições	5	
<b>Marcos Flavio Meyer</b>	-	-	-
<b>Sinval de Oliveira Rodrigues</b>	-	-	-
<b>Valério Ubirajara Godinho Teixeira</b>	Curso ou Evento	1	<b>26</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	25	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015)

\* Servidora lotada na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Daniel Castagna Lovato	04.07.2011	<b>06.01.2014</b>	2 anos, 6 meses e 3 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Cruz Alta-Assistente de Juiz (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	<b>Enzo Rebelatto</b>	Superior em Direito	<b>04.05 a 03.11.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e do Juiz Substituto Zoneado durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	-	-	1,5	<b>1,5</b>
Substituto zoneado	<b>Jorge Fernando Xavier de Lima</b>	-	<b>12</b>	<b>128,5</b>	<b>140,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Andreia Furlan Possati Heberle</b>	-	-	111	<b>111</b>
<b>Carlos Felipe Amoretti</b>	-	-	116	<b>116</b>
<b>Deborah Rodrigues Coelho</b>	15	-	229	<b>244</b>
<b>Luís Guerino Teixeira</b>	-	-	49	<b>49</b>
<b>Marcos Flavio Meyer</b>	-	-	181	<b>181</b>
<b>Sinval de Oliveira Rodrigues</b>	-	-	20	<b>20</b>
<b>Valério Ubirajara Godinho Teixeira*</b>	-	7,8	55	<b>62,8</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.08.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	692	684	-1,16%	627	-8,33%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	68	154	126,47%	112	-27,27%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	511	499	-2,35%	590	18,24%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	22	18	-18,18%	16	-11,11%
<b>Total</b>	<b>1.293</b>	<b>1.355</b>	<b>4,80%</b>	<b>1.345</b>	<b>-0,74%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

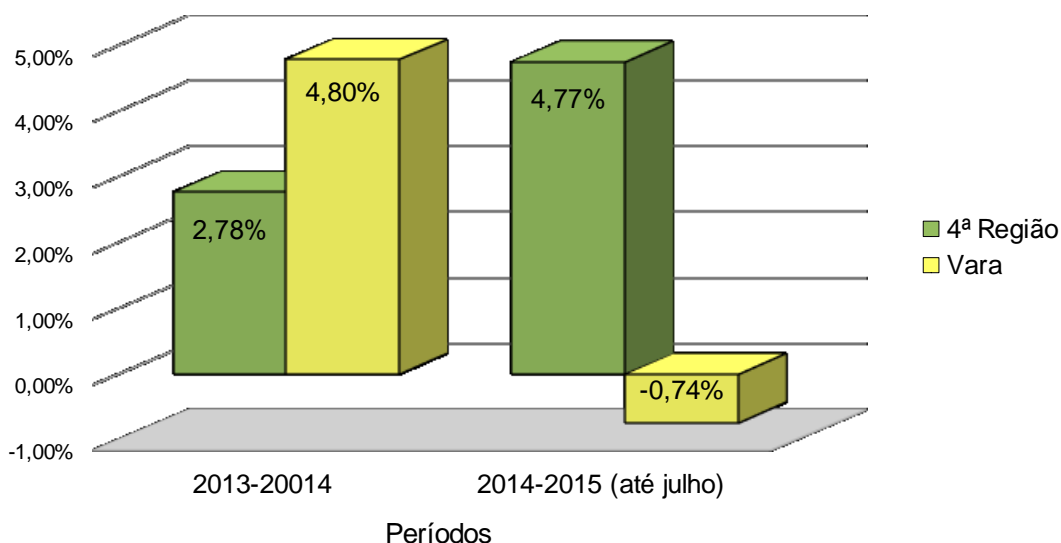
No ano de 2014, houve uma elevação de 4,80% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. A despeito de tal fato, contudo, a liquidação foi a única fase que apresentou aumento no estoque (acréscimo de 86 processos, o que corresponde a uma elevação de 126,47%). Por sua vez, em números absolutos, a execução foi a fase que registrou a maior queda no acervo (decréscimo de 12 processos), ao passo que as cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foram a espécie que apresentou a maior redução percentual (18,18%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de São Gabriel em 2014 foi superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. Em contrapartida, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de julho) apontam uma ligeira queda (0,74%) no acervo de processos tramitando na Unidade – destoando, inclusive, da tendência de elevação constatada na 4ª Região nesse mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:





### Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	622	671	7,88%	237	-64,68%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	2	6	200,00%	3	-50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	461	704	52,71%	299	-57,53%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>408</b>	<b>373</b>	<b>-8,58%</b>	<b>327</b>	<b>-12,33%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

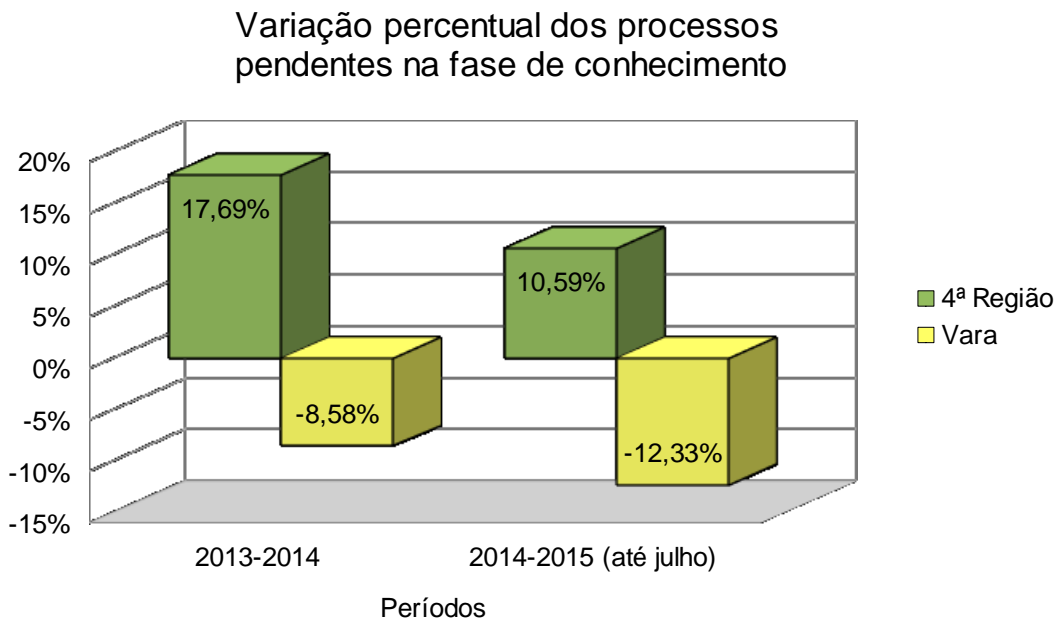
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma redução de 8,58% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 408 para 373 processos) – índice que destoa da tendência verificada em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi o aumento de 52,71% na média mensal de processos solucionados, a qual passou de 38,42 processos, em 2013, para 58,67 processos, em 2014.

A seu turno, os dados dos sete primeiros meses de 2015 apontam queda de 12,73% no estoque de processos pendentes na fase de



conhecimento. Esse índice vai de encontro, novamente, à tendência da 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (58,71%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve aumento de 37 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, o que corresponde a um acréscimo de 154,17%, e que no período de 01.01.2015 a 31.07.2015 houve uma nova elevação – cinco processos, o que perfaz um aumento de 8,20%. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	61	32	-47,54%	75	134,38%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	243	219	-9,88%	147	-32,88%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	80	61	-23,75%	39	-36,07%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	24	61	154,17%	66	8,20%
<b>TOTAL</b>	<b>408</b>	<b>373</b>	<b>-8,58%</b>	<b>327</b>	<b>-12,33%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)





### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>São Gabriel – Vara</b>	46,83%	35,12%	-25,01%	51,22%	45,87%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	57,80%	30,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [Número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 35,12% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 25,01% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 9,21 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	192	41,65	358	50,85	88	29,43
	<b>Julgado procedente</b>	5	1,08	7	0,99	2	0,67
	<b>Julgado procedente em parte</b>	184	39,91	238	33,81	143	47,83
	<b>Julgado improcedente</b>	32	6,94	50	7,10	35	11,71
	<b>Extinto</b>	8	1,74	6	0,85	4	1,34
	<b>Outras decisões</b>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	7	1,52	14	1,99	17	5,69
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	17	3,69	13	1,85	3	1,00
	<b>Desistência</b>	4	0,87	4	0,57	3	1,00
	<b>Outras decisões</b>	12	2,60	14	1,99	4	1,34
<b>TOTAL</b>		<b>461</b>	<b>100</b>	<b>704</b>	<b>100</b>	<b>299</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Verificou-se uma elevação de 243 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 52,71%. Esse aumento destoava da tendência apresentada na 4ª

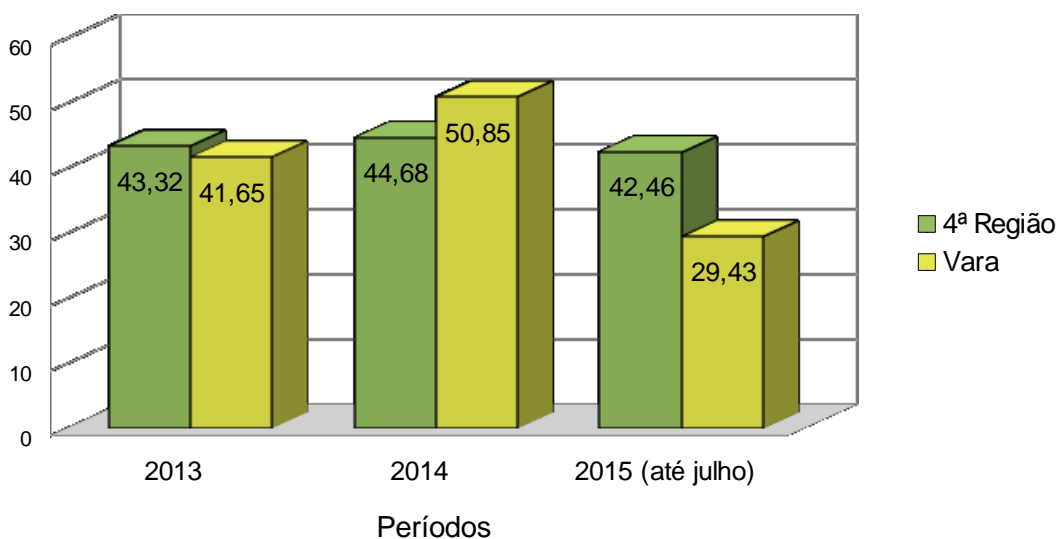


Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 229 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 301 decisões, representando um acréscimo de 31,44%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 192, representando 41,65% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 358, correspondendo a 50,85% - índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por outro lado, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 29,43% - resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados





### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	125	228	82,40%	123	-46,05%
<b>Encerradas</b>	126	145	15,08%	173	19,31%
<b>Pendentes</b>	<b>64</b>	<b>143</b>	<b>123,44%</b>	<b>91</b>	<b>-36,36%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	2	1	-50,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 64, em 2013, para 143, em 2014, importando em uma elevação de 123,44%. Tal aumento é ainda superior à média verificada na 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). Essa elevação decorre do fato de que, embora tanto o número de liquidações iniciadas quanto o de encerradas tenham registrado aumento na comparação com o ano de 2013, houve uma discrepância de 57,24% entre o número de execuções iniciadas (228) e o de encerradas (145) no ano de 2014.

Por sua vez, nos sete primeiros meses de 2015, houve recuo de 52 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 36,36%, recuo maior do que a média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 0,63%.

#### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>São Gabriel – Vara</b>	36,04%	50,34%	39,68%	34,96%	-30,55%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	55,70%	26,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de São Gabriel foi de 50,34% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 39,68% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 6,18 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.



### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	193	192	-0,52%	184	-4,17%
	Desarquivadas para prosseguimento	10	426	4.160,00%	26	-93,90%
Saídas	Encerradas	192	175	-8,85%	138	-21,14%
	Arquivadas Provisoriamente	37	38	2,70%	11	-71,05%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	8	3	-62,50%	1	-66,67%
	Demais	229	235	2,62%	299	27,23%
	<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>238</b>	<b>0,42%</b>	<b>300</b>	<b>26,05%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		945	522	-44,76%	497	-4,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de São Gabriel passou de 237 para 238 processos – mantendo-se praticamente estável, portanto, em relação ao ano anterior. Tal índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. Essa estabilidade se deve, principalmente, ao fato de que o número de liquidações iniciadas em 2014 manteve-se relativamente inalterado em relação ao ano anterior.

A seu turno, no período de janeiro a julho de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma elevação de 26,05% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,64%.

#### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
São Gabriel – Vara	57,24%	59,21%	3,44%	67,30%	13,67%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	82,62%	16,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 59,21% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 3,44% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,60 pontos percentuais.



Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>São Gabriel – Vara</b>	86,90%	87,26%	0,41%	85,38%	-2,16%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	89,87%	5,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de São Gabriel na fase de execução, a qual passa a corresponder a 87,26% - similar à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 2,35 pontos percentuais maior.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	135	96	-28,89%	69	-28,13%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	99	76	-23,23%	51	-32,89%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	796	801	0,63%	814	1,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Gabriel, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>1</b>	<b>0000011-15.2012.5.04.0861</b>
<b>Situação processual:</b> em 16.03.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, ante o pagamento do débito, e determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 18.03.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 28.05.2015, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 10.03.2015, a executada WMS Supermercados do Brasil Ltda. foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.	
<b>2</b>	<b>0025100-45.2009.5.04.0861</b>
<b>Situação processual:</b> em 17.09.2013, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores, tendo em vista a comprovação da inclusão da autora em folha de pagamento para adimplemento do pensionamento vitalício e a comprovação do pagamento das parcelas vencidas do referido pensionamento. Em 17.02.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado provisoriamente (com registro de pendência, diante do pensionamento mensal). <b>Histórico BNDT:</b> em 04.12.2012, a executada Cooperativa Riograndense de Eletricidade Ltda. - COORECE (em liquidação) foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
<b>3</b>	<b>0000364-89.2011.5.04.0861</b>
<b>Situação processual:</b> em 01.07.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, tendo em vista o pagamento integral da dívida, e determinando a expedição de alvarás para pagamento de débitos ainda pendentes, seguido do oportuno arquivamento dos autos. Também em 01.07.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. <b>Histórico BNDT:</b> em 10.12.2012, a executada União Caixeiral Gabrielense foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “exigibilidade suspensa”.	
<b>4</b>	<b>0000052-45.2013.5.04.0861</b>
<b>Situação processual:</b> em 07.05.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, considerando a comprovação do pagamento integral da dívida, e foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 25.05.2015, foi publicado despacho determinando a exclusão da reclamada do BNDT. Em 23.07.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás para pagamento de débitos ainda pendentes, seguido do oportuno arquivamento dos autos. <b>Histórico BNDT:</b> em 13.02.2014, a executada Petry de Almiron & Cia. Ltda. - ME foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 23.05.2014, foi inserida a anotação da situação “com garantia do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.08.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº	
0026500-31.2008.5.04.0861	0062500-30.2008.5.04.0861

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.





### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	58	41	15	71	83	3	15	12	6
<b>Antecipações de tutela</b>	108	96	3	207	209	1	34	34	1
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	3	4	0	4	3	0	7	4	2
<b>Embargos à execução</b>	18	21	8	18	20	5	10	11	4
<b>Embargos à arrematação</b>	1	0	2	2	4	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	1	1	2	0	0	2	1	1	2

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 302 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 59,79% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 95,71% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (passando de 163 para 319); em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 caiu para apenas 11 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.07.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 15 processos, saldo 36,36% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos de declaração são a espécie que correspondem à maior parte (40%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0000363-70.2012.5.04.0861
	<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 02.06.2014, de <b>embargos de declaração</b> pela reclamada. Em 11.06.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por não se tratar da medida cabível para destrancar recurso não recebido. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.





2

0037400-44.2006.5.04.0861

**Situação processual:** consta do sistema inFOR a apresentação, em 05.05.2009, de **exceção de pré-executividade** por Leonardo Martins Cocio. Em 07.05.2009, foi publicado despacho determinando que se aguardasse o trânsito em julgado dos embargos de terceiro referidos nos autos. Em 06.10.2009, foi publicado despacho determinando o prosseguimento da execução. Verifica-se, contudo, que o referido incidente processual segue constando como pendente de solução no sistema informatizado.

3

0023600-95.1996.5.04.0861

**Situação processual:** consta do sistema inFOR a apresentação, em 18.03.2011, de **embargos à execução** pela reclamada. Em 24.03.2011, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por extemporâneo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

4

0063500-17.1998.5.04.0861

**Situação processual:** consta do sistema inFOR a apresentação, em 27.05.2011, de **exceção de pré-executividade** pela reclamada. Em 21.07.2011, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, diante da matéria nela veiculada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.08.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	94,10	82,13	-12,72%	574,89	599,94%
	Ordinário	232,12	235,78	1,58%	527,09	123,55%
	Total	201,65	207,58	2,94%	531,28	155,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

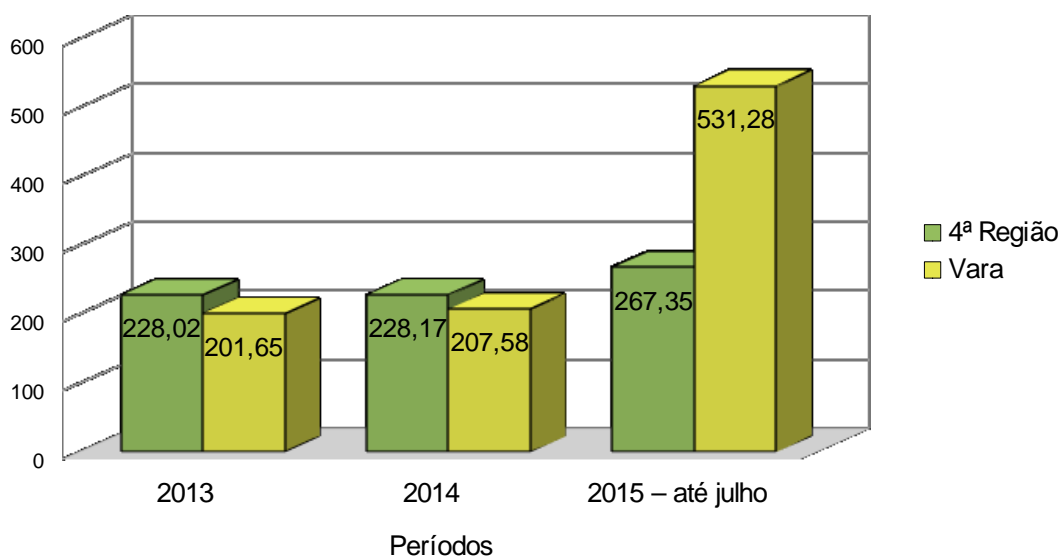
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de São Gabriel apresentou uma elevação de 2,94%, passando de 201,65 para 207,58 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 12,72% em relação à média do ano anterior, passando de 94,10 para 82,13 dias; por outro lado, o rito ordinário registrou um prazo médio de 235,78 dias, 1,58% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro



e julho de 2015 apontam uma considerável elevação (155,94%) no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

A despeito dessa elevação, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 9,02% mais célere (20,59 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a julho de 2015 o prazo médio foi 98,72% mais longo (263,93 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	139,12	137,20	-1,38%	110,65	-19,35%
	Ordinário	157,83	150,45	-4,68%	186,66	24,07%
	<b>Total</b>	<b>153,90</b>	<b>148,43</b>	<b>-3,55%</b>	<b>172,94</b>	<b>16,51%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

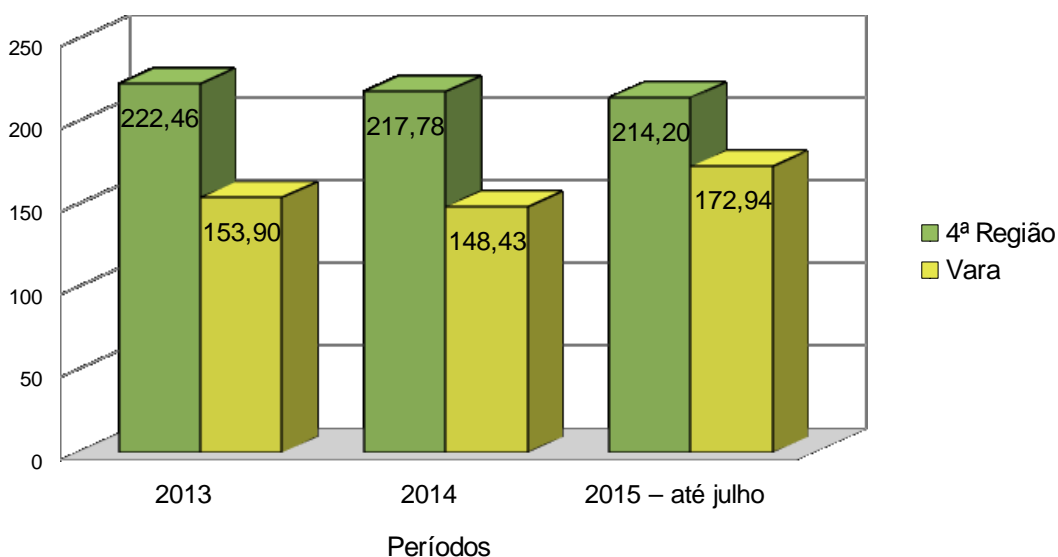
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 137,20 dias, o que equivale a uma redução de 1,38% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 150,45 dias, 4,68% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de redução dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de



elevação destes com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 31,85% mais célere (69,35 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 19,26% mais ágil (41,26 dias) nos sete primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:

### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	266,43	283,59	6,44%	356,65	25,76%
	Ente público	207,60	305,20	47,01%	273,67	-10,33%
	Total	<b>264,63</b>	<b>285,03</b>	<b>7,71%</b>	<b>352,08</b>	<b>23,52%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 283,59 dias, o qual foi 6,44% maior do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e julho de 2015 esse prazo foi de 356,65 dias, 25,76% maior do que em 2014.

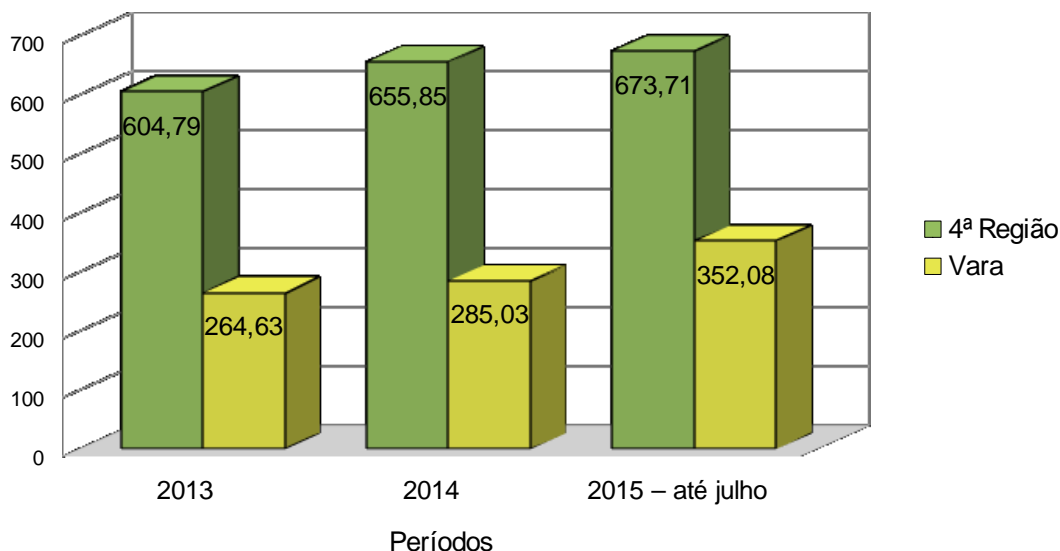
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 305,20 dias, 47,01% mais moroso do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio caiu para



273,67 dias, lapso 10,33% mais curto do que em 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 56,54% mais célere (370,82 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a julho de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 47,74% inferior (321,63 dias) à média de todo o TRT4.

**Prazo médio total - fase de execução**



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 – 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
<b>Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução</b>	<b>Resultado</b>
1 processo	<b>Meta não cumprida</b>

**1**

**Processo nº 0048400-75.2005.5.04.0861**

**Situação processual:** conforme consulta ao sistema inFOR, o processo encontra-se suspenso desde 28.09.2012, aguardando o julgamento da Ação Rescisória que tramita perante este Tribunal Regional sob o nº 0004213-96.2012.5.04.0000.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2015)



**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
1 processo	Meta não cumprida
<b>1</b>	<b>Processo nº 0048400-75.2005.5.04.0861</b>
<b>(Situação processual já descrita no item 5.1.1)</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2015)

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
561	561	100,00%	Meta cumprida

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
648	648	100,00%	Meta cumprida

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
671	704	104,92%	Meta já cumprida



**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre 01/01/2012 e 31/12/2014	%	Resultado
21	21	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre 01/01/2013 e 31/12/2014	%	Resultado
239	239	100,00%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.242
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	188
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	241
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	1
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	185





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	196
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	190
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	167
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-3,97%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-100,00%	Meta não cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida





### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2015	Solucionados até 31.07.2015	%	Resultado parcial (até julho)
237	299	126,16%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre 01/01/2014 e 31/07/2015	%	Resultado parcial (até julho)
406	393	96,80%	Meta já cumprida

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.07)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até julho)
184	112	60,87%	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até julho)
0	Meta já cumprida



**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.07.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até julho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	8	12	7	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	2	4	1	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	2	1	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
5º	União	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
6º	OI S.A.	1	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	7	2	6	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	2	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	10	8	9	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.07)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até julho)
228,17	207,58	531,28	205,51	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.07)	Meta para 2015	Resultado parcial (até julho)
Total de acordos	192	358	275	88	278	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	16,00	29,83	22,92	12,57	23,17	



## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	4 (I) 1 (U) 1 (P)	4 (I) 1 (U) 2 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	-	5 (I) 2 (U) 4 (P)	5 (I) 2 (U) 4 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 03.9.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	06.10.2015	29.09.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	22.09.2015	22.09.2015
<b>Instrução</b>	23.02.2016	17.02.2016
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 03.9.2015)

### **6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS**

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	57,86	58,78	1,59%	42,50	-27,69%
	<b>Ordinário</b>	55,70	65,88	18,27%	44,11	-33,04%
	<b>Total</b>	<b>56,08</b>	<b>64,68</b>	<b>15,33%</b>	<b>43,93</b>	<b>-32,09%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)



As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 57,86 dias, em 2013, para 58,78 dias, em 2014 (elevação de 1,59%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 55,70 dias, em 2013, para 65,88 dias, em 2014 (aumento de 18,27%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a julho, apontam para uma tendência de redução dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	554	352	124	8	<b>1.038</b>
<b>Luís Fernando da Costa Bressan</b>	32	35	5	0	<b>72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>586</b>	<b>387</b>	<b>129</b>	<b>8</b>	<b>1.110</b>
2015 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	176	186	22	6	<b>390</b>
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>	<b>186</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>390</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

#### 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	339	153	6	498	41	<b>539</b>
<b>Glória Valério Bangel</b>	1	112	0	113	0	<b>113</b>
<b>Juliana Oliveira</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Luís Fernando da Costa Bressan</b>	17	27	0	44	3	<b>47</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	1	0	0	1	1	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>358</b>	<b>295</b>	<b>6</b>	<b>659</b>	<b>45</b>	<b>704</b>
2015 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Eduardo Duarte Elyseu</b>	86	179	4	269	14	<b>283</b>
<b>Jorge Fernando Xavier de Lima</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Juliana Oliveira</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	0	0	0	0	12	<b>12</b>
<b>Rita de Cássia da Rocha Adão</b>	2	0	0	2	0	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>180</b>	<b>4</b>	<b>272</b>	<b>27</b>	<b>299</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular <b>Eduardo Duarte Elyseu</b> –		
<b>0000076-39.2014.5.04.0861</b> (Mais antigo. Concluído em 10.02.2015: 6 meses e 24 dias)	0000436-71.2014.5.04.0861	0000591-74.2014.5.04.0861
0000392-86.2013.5.04.0861	0000443-63.2014.5.04.0861	0000610-80.2014.5.04.0861
0000493-89.2014.5.04.0861	0000449-70.2014.5.04.0861	0000584-82.2014.5.04.0861
0000477-38.2014.5.04.0861	0000533-08.2013.5.04.0861	0000597-81.2014.5.04.0861
0000494-74.2014.5.04.0861	0000455-77.2014.5.04.0861	0000602-06.2014.5.04.0861
0000524-12.2014.5.04.0861	0000496-44.2014.5.04.0861	0000176-91.2014.5.04.0861
0000684-37.2014.5.04.0861	0000456-62.2014.5.04.0861	0000608-13.2014.5.04.0861
0000205-78.2013.5.04.0861	0000480-90.2014.5.04.0861	0000653-17.2014.5.04.0861
0000291-15.2014.5.04.0861	0000497-29.2014.5.04.0861	0000627-19.2014.5.04.0861
0000348-33.2014.5.04.0861	0000037-08.2015.5.04.0861	0000615-05.2014.5.04.0861



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000351-85.2014.5.04.0861	0000328-76.2013.5.04.0861	0000621-12.2014.5.04.0861
0000356-10.2014.5.04.0861	0000479-08.2014.5.04.0861	0000623-79.2014.5.04.0861
0000369-09.2014.5.04.0861	0000483-45.2014.5.04.0861	0000629-86.2014.5.04.0861
0000432-68.2013.5.04.0861	0000485-15.2014.5.04.0861	0000639-33.2014.5.04.0861
0000573-87.2013.5.04.0861	0000489-52.2014.5.04.0861	0000566-61.2014.5.04.0861
0000616-24.2013.5.04.0861	0000499-96.2014.5.04.0861	0000580-45.2014.5.04.0861
0000364-84.2014.5.04.0861	0000509-43.2014.5.04.0861	0000624-64.2014.5.04.0861
0000614-20.2014.5.04.0861	0000521-57.2014.5.04.0861	0000640-18.2014.5.04.0861
0000300-74.2014.5.04.0861	0000430-98.2013.5.04.0861	0000620-27.2014.5.04.0861
0000690-44.2014.5.04.0861	0000645-74.2013.5.04.0861	0000695-66.2014.5.04.0861
0000257-40.2014.5.04.0861	0000127-50.2014.5.04.0861	0000518-05.2014.5.04.0861
0000407-21.2014.5.04.0861	0000457-47.2014.5.04.0861	0000654-02.2014.5.04.0861
0000416-80.2014.5.04.0861	0000458-32.2014.5.04.0861	0000664-46.2014.5.04.0861
0000417-65.2014.5.04.0861	0000468-76.2014.5.04.0861	0000672-23.2014.5.04.0861
0000420-20.2014.5.04.0861	0000090-23.2014.5.04.0861	0000678-30.2014.5.04.0861
0000422-87.2014.5.04.0861	0000517-20.2014.5.04.0861	0000685-22.2014.5.04.0861
0000384-12.2013.5.04.0861	0000284-23.2014.5.04.0861	0000174-87.2015.5.04.0861
0000389-97.2014.5.04.0861	0000281-68.2014.5.04.0861	0000469-61.2014.5.04.0861
0000438-41.2014.5.04.0861	0000282-53.2014.5.04.0861	0000658-39.2014.5.04.0861
0000439-26.2014.5.04.0861	0000283-38.2014.5.04.0861	0000548-40.2014.5.04.0861
0000440-11.2014.5.04.0861	0000466-09.2014.5.04.0861	0000106-74.2014.5.04.0861
0000554-47.2014.5.04.0861	0000556-17.2014.5.04.0861	0000102-03.2015.5.04.0861
0000432-34.2014.5.04.0861	0000280-83.2014.5.04.0861	0000605-58.2014.5.04.0861
0000434-04.2014.5.04.0861	0000523-27.2014.5.04.0861	0000040-60.2015.5.04.0861
0000435-86.2014.5.04.0861	0000549-25.2014.5.04.0861	0000693-96.2014.5.04.0861
<b>Total: 105 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Na data da visita correcional havia seis notificações e cinco ofícios por expedir. As determinações datavam de 1º e 02.09.2015.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Havia quatro mandados por expedir (despachos de 1º e 02.9.2015).





### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada no prazo máximo de 72 horas, a contar da determinação.

### 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 48 horas, a contar da protocolização.

### 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Havia apenas duas petições pendentes de análise, referentes ao protocolo do dia 1º.09.2015.

### 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 31.08.2015.

### 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada semanalmente. Segundo informação do Diretor de Secretaria, entre 03 de agosto e 02 de setembro de 2015 foram assinados sessenta e seis despachos determinando a remessa de autos ao TRT, o que ocasionou um certo atraso no encaminhamento de alguns processos. Na data da inspeção correcional, entretanto, a situação já estava praticamente normalizada.

### 7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

### 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências.

### 7.10 EXAME DOS LIVROS

#### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0049700-19.1998.5.04.0861*	20.04.2015	3 meses e 24 dias
2	0000134-08.2015.5.04.0861**	10.07.2015	1 mês e 4 dias
3	0000135-90.2015.5.04.0861**	10.07.2015	1 mês e 4 dias
4	0000056-82.2013.5.04.0861**	23.07.2015	21 dias
5	0000203-74.2014.5.04.0861**	29.07.2015	15 dias



6	0049600-78.2009.5.04.0861	03.08.2015	11 dias
---	---------------------------	------------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2015)

\* Expedida carta precatória para busca e apreensão dos autos.

\*\* Expedida notificação para devolução dos autos.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000465-24.2014.5.04.0861*	13.07.2015	31 dias
2	0000567-46.2014.5.04.0861*	13.07.2015	31 dias
3	0000212-70.2013.5.04.0861*	15.07.2015	29 dias
4	0000229-72.2014.5.04.0861*	15.07.2015	29 dias
5	0000357-29.2013.5.04.0861*	15.07.2015	29 dias
6	0000127-84.2013.5.04.0861*	20.07.2015	24 dias
7	0000480-95.2011.5.04.0861*	20.07.2015	24 dias
8	0000505-06.2014.5.04.0861*	21.07.2015	23 dias
9	0000244-75.2013.5.04.0861	25.07.2015	19 dias
10	0000506-88.2014.5.04.0861	28.07.2015	16 dias
11	0000342-26.2014.5.04.0861	28.07.2015	16 dias
12	0000513-17.2013.5.04.0861	30.07.2015	14 dias
13	0000128-69.2013.5.04.0861	31.07.2015	13 dias
14	0000290-64.2013.5.04.0861	31.07.2015	13 dias
15	0000674-90.2014.5.04.0861	31.07.2015	13 dias
16	0000401-48.2013.5.04.0861	03.08.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.08.2015)

\* Proferido despacho e expedida notificação para devolução dos autos.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2015, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 14.08.2015, uma listagem de processos sem movimentação há



mais de 30 dias, a qual totalizou **184 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000100-33.2015.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar	
2	0000296-71.2013.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 85 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
3	0000075-20.2015.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
4	0000068-28.2015.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
5	0000115-02.2015.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
6	0000898-20.2014.5.04.0702
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
7	0000107-93.2013.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não há etiqueta que identifique a tramitação preferencial deferida à fl. 53, assim como não houve registro no Infor. <b>Movimentação processual:</b> cumprimento do despacho da fl. 87 em 30 dias (notificação da fl. 88)	
8	0041500-42.2006.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> termos de juntada no verso da fl. 410 e verso da fl. 429 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> da juntada do ofício das fls. 490-496 (29.5.2015) ao despacho da fl. 497, decorreram 17 dias sem movimentação processual.	
9	0023500-48.1993.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada apontar.	
10	0000472-55.2010.5.04.0861
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 534 com espaços em branco.	



**Movimentação processual:** nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando arquivamento	0052300-47.1997.5.04.0861
	0000068-96.2013.5.04.0861
	0000505-74.2012.5.04.0861
Demora no impulso processual	0000097-78.2015.5.04.0861
	0000150-64.2012.5.04.0861
	0029800-69.2006.5.04.0861
Processo suspenso sem registro no INFOR	0021200-79.1994.5.04.0861
	0000457-52.2011.5.04.0861
Registros desatualizados	0026500-56.1993.5.04.0861
	0065800-25.1993.5.04.0861
	0099900-25.2001.5.04.0861

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de



desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, bem como pelo Edital do Gabinete da Presidência nº 02/2015, de 06.02.2015, há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária em 08.10.2015.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A realidade encontrada durante a inspeção correccional na Vara do Trabalho de São Gabriel condiz com as conclusões decorrentes da análise dos dados estatísticos extraídos do sistema e-Gestão. O acervo enxuto de processos da Unidade é acompanhado por uma tramitação processual predominantemente célere. Os prazos médios de tramitação foram, em 2014, menores do que os parâmetros da Região, com ênfase para a fase de execução, cujo lapso de tramitação foi 370 (trezentos e setenta) dias mais célere que a do prazo médio apresentado no Estado. A Unidade deve acompanhar com atenção a fase de conhecimento, tendo em vista que foi verificada tendência de elevação do prazo no período apurado até julho de 2015. Deve ser destacado o cumprimento pouco comum da meta do CNJ quanto ao julgamento de mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014, tendência que também se verifica no ano de 2015.

O bom trabalho realizado na Unidade é também perceptível ao analisar-se os processos físicos; os lapsos constatados são pontuais e pouco representativos no conjunto predominante de ausência de aspectos a relatar.

O Juiz Titular mostrou-se comprometido com a jurisdição e satisfeito com o trabalho realizado pelos gestores e equipe de servidores da Unidade; comprometeu-se com a Corregedora, ainda, a prosseguir na prolação de sentenças nos processos com prazo legal vencido, de acordo com a ordem cronológica de conclusão.

Ao final da correição, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem e, após, parabenizou a toda a equipe de servidores e gestores pelo excelente trabalho apresentado pela Unidade.



## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITENS 5.1.1 (Meta CNJ 2 – 2009) e 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2010)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite da Ação Rescisória que tramita perante este Tribunal Regional sob o nº 0004213-96.2012.5.04.0000 para que, tão logo finda a causa da suspensão do processo nº 0048400-75.2005.5.04.0861, tome as medidas necessárias para que este feito tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 11.06.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos





de declaração opostos pela reclamada, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente processual, no processo nº 0000363-70.2012.5.04.0861;

b) verifique se a petição protocolada em 05.05.2009 no processo nº 0037400-44.2006.5.04.0861 realmente se trata de exceção de pré-executividade. Não se confirmando isso, determina-se a exclusão do andamento no sistema informatizado e a substituição deste pelo que melhor se adapte à manifestação; caso contrário, os autos deverão ir conclusos ao juiz para apreciação do incidente processual ou, caso a matéria nele ventilada já tiver sido apreciada (ou restado prejudicada), a Secretaria deverá lançar os andamentos de conclusão e de decisão do incidente com data retroativa;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 24.03.2011, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela reclamada, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente processual, no processo nº 0023600-95.1996.5.04.0861;

d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 21.07.2011, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente processual, no processo nº 0063500-17.1998.5.04.0861.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que o Juiz **Eduardo Duarte Elyseu** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

#### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária, objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e





evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG).

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **184 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos (nº 0052300-47.1997.5.04.0861, nº 0000068-96.2013.5.04.0861, nº 0000505-74.2012.5.04.0861);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000097-78.2015.5.04.0861, nº 0000150-64.2012.5.04.0861, nº 0029800-69.2006.5.04.0861);
- c) registre a suspensão dos processos no INFOR (processos nº 0021200-79.1994.5.04.0861, nº 0000457-52.2011.5.04.0861),
- d) atualize os registros (processos nº 0026500-56.1993.5.04.0861, nº 0065800-25.1993.5.04.0861, nº 0099900-25.2001.5.04.0861).

## ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

### 14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Gabriel, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceu o Presidente da OAB Seccional local, advogado Augusto Solano Lopes Costa, que elogiou o bom atendimento e trabalho realizado por toda a equipe de servidores na Secretaria, assim como a atuação e relacionamento do Juiz Titular com as partes e procuradores.

### 15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular, Eduardo Duarte Elyseu, pelo Diretor de Secretaria Valério Ubirajara Godinho Teixeira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**